

## PRÁTICAS DE TRABALHO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GERAÇÃO DE RENDA

**Marina Santos Pereira**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Nilce Cardoso Ferreira**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Valderiza Barros**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Andrea Silva Ribeiro**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Luciana Lima Vale**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

### RESUMO

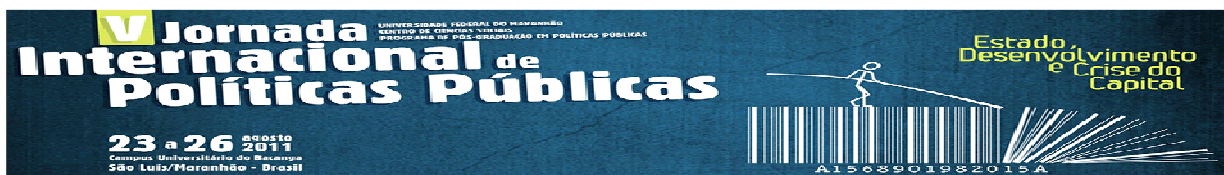
A reestruturação capitalista neoliberal reproduz-se através de ciclos periódicos (prosperidade, superprodução e crise), respaldada nas ações dos Estados nacionais e suas políticas desenvolvimentistas globalizantes, acarretando a privatização de empresas estatais e a desregulamentação das relações de trabalho. Os efeitos dessas políticas aumentaram o desemprego, precarizaram as chamadas políticas sociais e o próprio mercado de trabalho. Por outro lado, suscitaram formas de resistências em vários países, inclusive no Brasil. Esses movimentos formulam demandas a partir da diversidade de condições engendradas pelo capital, desde aquelas ligadas diretamente ao conflito capital e trabalho àquelas relacionadas à diversidade étnica, inclusive formas de espoliação urbana.

**Palavras chaves:** Trabalho, identidade, precarização do trabalho, políticas públicas.

### ABSTRACT

The restructuring neoliberal capitalist reproduces itself through periodic cycles (prosperity, overproduction and crisis), backed by the actions of states and their national development policies globalizing, resulting in the privatization of state enterprises and deregulation of labor relations. The effects of these policies have increased unemployment, precarious so-called social policies and labor market itself. On the other hand, raised forms of resistance in several countries, including Brazil. These movements formulate demands from the diverse conditions engendered by capital, ranging from those directly linked to conflict and working capital to those related to ethnic diversity, including ways of urban exploitation.

**Keywords:** Work, identity, precarious employment, public policy.



## O TRABALHO DA PARTEIRA: um saber iniciado e compartilhado entre as mulheres

Marina Santos Pereira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de suscitar de um lado, a discussão acerca do trabalho das parteiras tradicionais no atendimento ao parto destacando que este é um evento de mulheres. Por outro lado discutir o processo de apropriação da parturição pelos médicos, que passam a ser detentores do saber científico em contraposição ao saber informal das parteiras tradicionais.

**Palavras-chave:** Parteira tradicional. Tradição. Assistência ao parto. Parturiente.

### ABSTRACT

This paper aims to bring forth debates and reflections on the traditional midwives' work with regard to childbirth assistance, considering this task as associated with the women. It also aims to discuss the process through which parturition should be considered under the care of physicians, once the latter are scientifically qualified to conduct such a work rather than relying on midwives' informal knowledge.

**Key-words:** Traditional midwife. Tradition. Childbirth assistance. Parturient.

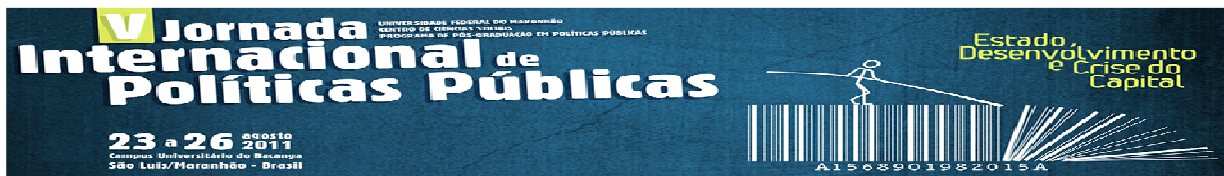
## 1- INTRODUÇÃO

O Brasil, nas últimas décadas do século XX, vem desenvolvendo programas na área de saúde pública voltados para os cuidados pré-natal e obstétrico dos segmentos mais pobre da população. Estimular o parto pelo médico, ao invés de parteiras<sup>2</sup>, foi um dos principais objetivos desses programas. A finalidade, portanto, era melhorar a

---

<sup>1</sup> Mestre em Saúde e Ambiente. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).  
[marinapmarina@yahoo.com.br](mailto:marinapmarina@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Parteira: mulher que assiste aos partos, ajudando ou socorrendo as parturientes. <sup>7</sup> Sobre a humanização do parto, veja Tornquist (2004).



segurança no parto e diminuir o elevado índice de mortalidade materna e perinatal existente no país, sobretudo nas regiões norte e nordeste, onde a mortalidade materna é bastante acentuada nestas regiões.

Esses programas conseguiram ampliar a cobertura dos exames pré-natais, e conseqüentemente o número de partos hospitalares aumentou; entretanto, não conseguiram reduzir de forma significativa a mortalidade e morbidade perinatal e materna. Os países que apresentam baixa taxa de mortalidade materna e perinatal, como a Alemanha e a Holanda, conseguiram reduzi-la por meio da promoção do retorno ao parto humanizado. Nesses países, as parteiras foram chamadas a contribuir para a redução desse quadro. Lá, elas são consideradas profissionais independentes e, para isso, são treinadas.

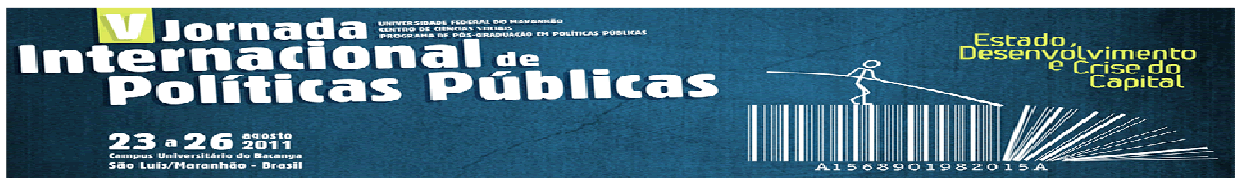
A própria Organização Mundial de Saúde (OMS) aconselha que a formação de obstetras e parteiras devam ser estimuladas, pois “a pessoa com habilidades de parteira parece ser a profissional de saúde mais adequada e custo-efetiva (*sic*) para prestar assistência à gestação e nascimentos normais.” (SAMPAIO et al., 1996, p. 2).

No Brasil, o conceito de parteiras tradicionais, atuando como profissionais independentes, é um assunto que suscita algumas discussões, pois aqui não existe ainda uma posição oficial em relação à regulamentação da profissão de parteira; no momento está em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, o Projeto de Lei nº 2.354/2003, de autoria da deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) juntamente com os deputados Henrique Afonso (PT-AC) e Manoel Ferreira (PTB-RJ), que propõe a sua regulamentação.

Além da falta de regulamentação da profissão, as parteiras encontram dificuldades na execução do seu trabalho, que vai desde a exígua ajuda que recebem dos serviços de saúde local até a forma discriminatória com que são tratadas por grande parte dos profissionais do serviço de saúde.

## **2 – OFÍCIO DE PARTEJAR**

Até o aparecimento da medicina moderna, as mulheres pariam seus filhos em casa, e eram assistidas por outras mulheres que sabiam “aparar crianças”. Os acontecimentos acerca da gravidez, do parto e do cuidado com as crianças eram decifrados por práticas e gestos de uma cultura essencialmente feminina que ainda



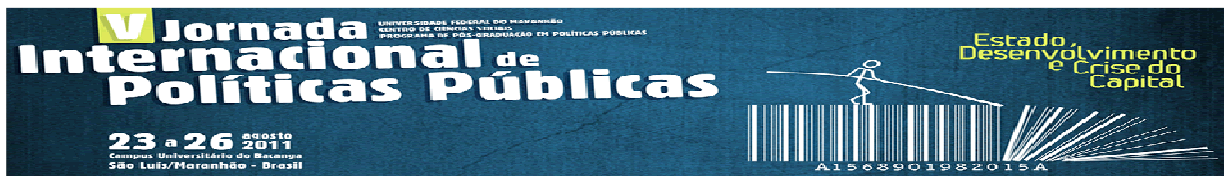
trilhava equidistante ao olhar da Medicina. Assim demonstra Del Priore (1993), em seu livro *Ao sul do Corpo*, pois as práticas que envolviam o parto das mulheres no Brasil colonial eram um evento de mulheres; revela também que a situação agonizante gerada por um parto difícil requeria a participação da vizinhança, tornando-o um evento coletivo.

Ressalta ainda que as mulheres se valiam de rezas e benzimentos, bem como de instrumentos do mundo doméstico, como a bacia, a tesoura, para cortar o cordão umbilical, e da garrafa de cachaça, para limpar a tesoura, assim como do azeite, óleo ou banha, para as massagens – o parto era um momento de solidariedade entre mulheres que contavam com a ajuda das parteiras, chamadas de “aparadeiras” ou “comadres” (DEL PRIORE, 1993).

Embasados em Giddens (1995), podemos dizer que, no contexto tradicional, as parteiras agiam como guardiãs de alguns aspectos da memória coletiva, que é compreendida por ele como a contínua reconstrução do passado, tendo como sustentáculo o presente. A tradição então faz uso de rituais que a revitalizam no presente; essa reconstrução pode ser em parte individual, mas é essencialmente social e coletiva. O autor enfatiza que a tradição envolve o que ele denomina de verdade formular “aquilo que liga o sagrado à tradição e que torna os aspectos centrais desta última intocáveis”, à qual, apenas determinadas pessoas têm acessibilidade. Dessa forma, os guardiões detêm a autoridade nos sistemas tradicionais:

Os guardiões, sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários religiosos, têm muita importância dentro da tradição porque eles são os agentes, os mediadores essenciais de seus poderes causais. Lidam com os mistérios, mas suas habilidades de arcanos provêm mais de seu envolvimento com o poder causal da tradição do que do seu domínio de qualquer segredo ou conhecimento esotérico. (GIDDENS, 1995, p. 83).

Descreve ainda Giddens (1995) que o saber do guardião não o coloca numa posição superior em relação ao resto da comunidade; entretanto ele assume uma posição de destaque como mestre. Ele ainda tem o livre arbítrio para ajudar quem recorre a ele e ainda recebe em troca uma espécie de pagamento, que pode ser um presente ou um cumprimento de uma obrigação. Do mesmo modo, algumas parteiras desfrutam de credibilidade nas comunidades em que atuam, porquanto são reconhecidas como detentoras de um saber próprio e, ao fazerem uso deste saber, elas têm a liberdade para cobrar ou não; portanto, não existe nenhuma regra entre elas que proíba o não-



recebimento de um pagamento por um parto executado, mesmo que reiteradamente elas considerem esse saber como um dom divino.

Retomando os acontecimentos a respeito da gravidez e parto sob os cuidados das parteiras, Martins (2004) relata que, não obstante a carência de registros legados pelas parteiras, acredita-se, com base em informações provenientes de outras especialidades – como a Arte, a Antropologia, a Arqueologia, etc. – ser esta a profissão mais antiga do mundo. Circunscrito ao âmbito domiciliar e imerso culturalmente em tradições, rituais e crenças, todo o processo do parto e do nascimento era atendido pela parteira. Assim, a parteira pode ser considerada como a primeira pessoa a ter praticado a Medicina (DINIZ, 1997), administrando como parte de sua tarefa uma terapia ginecológica rudimentar.

Como naquele período as parteiras não documentavam as suas ações, até mesmo porque sua maioria advinha de estratos sociais inferiores, portanto sem acesso a uma formação mínima, como a alfabetização, dessa forma a transmissão de seu conhecimento se dava oralmente. Ressalta Aires (2006) que essa falta de registro sistemático da sua atuação e do saber construído por elas gerou uma lacuna na história deste conhecimento, vazio esse que foi preenchido com as mais diversas denúncias e opiniões desfavoráveis feitas pelos médicos sobre a atuação delas no atendimento ao parto e ao nascimento.

Entretanto, Tornquist (2000) chama a atenção para o fato de que as denúncias médicas não faziam menção à falta de conhecimentos relativa às manobras do parto, mas sim a respeito das condições de higiene em que era realizado. Os médicos passam a ter um envolvimento maior com os procedimentos do parto e pós-parto, dando início a um momento crucial na história da parturição no Ocidente, que foi a apropriação de um trabalho antes realizado pelas parteiras, e agora institucionalizado nas práticas médicas, redefinindo assim os modos de vida tradicionais. Esse processo passou a ser chamado nos estudos acadêmicos de “medicalização do parto”, porém ele não se deu de forma simples, linear nem semelhante em todos os lugares.

Na Europa, esse processo delineia-se por volta dos séculos XVII e XVIII; no Brasil, vai ser disseminada com a transferência da corte imperial portuguesa para a colônia, com a inauguração das Escolas de Medicina e Cirurgia na Bahia e Rio de



Janeiro, em 1808.

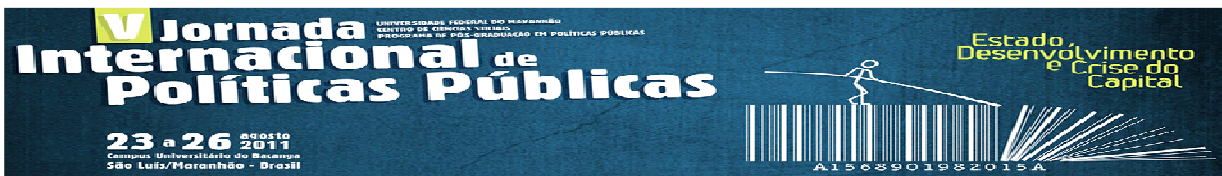
Esta mudança coloca em cena a sobreposição do saber científico dos médicos, “os especialistas”, em detrimento do saber popular das parteiras, “as guardiãs da tradição”. Para Giddens (1995), o que diferencia os guardiões da tradição e os especialistas nas sociedades modernas é que, na ordem tradicional, o fortalecimento do guardião advém mais do seu *status* do que de uma idéia de competência, a qual se constitui no aspecto mais importante na ordem moderna. De modo geral, a confiança não é mais caracterizada pelo envolvimento face a face, agora ela está assentada em sistemas abstratos, descentralizados e desincorporados.

As características desincorporadas dos sistemas abstratos significam uma constante interação com outros ausentes – pessoas que nunca vimos ou encontramos, mas cujas ações afetam diretamente características de nossa própria vida. A especialização é desincorporada, porque se baseia em princípios impessoais, que podem ser determinados e desenvolvidos independentes do contexto. A descentralização refere-se ao fato de que os sistemas abstratos manejados por especialistas são em larga medida recombinações locais de conhecimento derivado de outros lugares. Como sistemas descentrados, abrem-se para qualquer pessoa que tenha tempo, recursos e talento para captá-los, eles podem, desta forma estar alocados em qualquer lugar. (GIDDENS, 1995, p. 105-106).

O processo de constituição da autoridade médica no Brasil, ocorrido a partir do século XIX, foi objeto de análise para vários estudiosos, entre os quais Brenes (1991), Tornquist (1998) e Rodhen (2001). De acordo com as referidas autoras, fatores como o processo de urbanização e higienização das cidades, juntamente com a instalação de um saber médico científico e social, foram determinantes para a consolidação desse saber.

Ressaltam que, numa época em que a insalubridade começou a ser vista como sinônimo de atraso, era fundamental modificar costumes e hábitos considerados não civilizados e pouco higiênicos.

Foucault (2008a) descreve sobre uma nova forma de gerir a vida da população. Nesse processo, segundo, ele, estão incluídos os estudos estatísticos, demográficos, as taxas diferenciais de mortalidade, registros de nascimentos e de doenças, conhecimento da distribuição, concentração e controle das epidemias, que vão constituir um biopoder, fundado na anátomo-política do corpo e na biopolítica do controle populacional. Na discussão que faz sobre o “nascimento do hospital observa que, a introdução de práticas disciplinares no espaço do hospital teve o objetivo de transformá-lo num instrumento de intervenção sobre a doença. É este que vai possibilitar a sua



medicalização. O hospital antes era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres e ao mesmo tempo um instrumento de exclusão e separação. Os funcionários dos hospitais eram pessoas religiosas e leigas, que ao desenvolverem ações de caridade visavam assegurar a sua própria salvação.

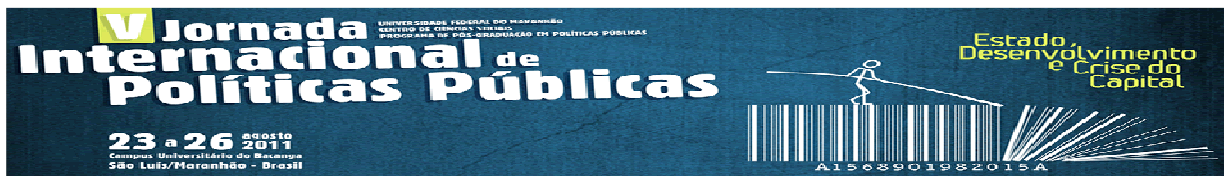
A introdução de mecanismos disciplinares no espaço do hospital também foi importante para a prática da medicina, na medida em que a doença era concebida como um fenômeno natural. A cura da doença estava na manipulação desse espaço, ou seja, em tudo que o circundava: o ar, a água, a alimentação, a temperatura do ambiente, além de outros fatores. O hospital passava a ser o espaço por excelência do saber e da prática médica.

[...] com a disciplinarização do espaço hospitalar que permite curar, como também registrar, formar e acumular saber, a medicina se dá como objeto de observação um imenso domínio, limitado, de um lado, pelo indivíduo e, de outro, pela população. Pela disciplinarização do espaço médico, pelo fato de se poder isolar cada indivíduo, colocá-lo em um leito, prescrever-lhe um regime, etc., pretende-se chegar a uma medicina individualizante. Efetivamente, é o indivíduo que será observado, seguido, conhecido e curado. O indivíduo emerge como objeto do saber e da prática médicos. Mas, ao mesmo tempo, pelo mesmo sistema do espaço hospital disciplinado se pode observar grande quantidade de indivíduos. Os registros obtidos cotidianamente, quando confrontados entre os hospitais e nas diversas regiões, permitem constatar os fenômenos patológicos comuns a toda a população. O indivíduo e a população são dados simultaneamente como objetos de saber e alvos de intervenção da medicina, graças à tecnologia hospitalar. A redistribuição dessas duas medicinas será um fenômeno próprio do século XIX. A medicina que se forma no século XVIII é tanto uma medicina do indivíduo quanto da população. (FOUCAULT, 2008b, p. 111).

A medicina científica, com a obrigação de higienizar a cidade, assumiu como objeto de investigação todas as situações e possibilidades, entre elas, a prática da parturição, denominando-a Arte Obstétrica. De acordo com Jordan (1993) a Medicina se torna, nesse período, “um saber autorizado” e, no processo de sua hegemonização, deslegitima, desvaloriza e desautoriza outras formas de saber existentes.

Assim, as parteiras foram acusadas de praticar a parturição com falta de higiene e assepsia. Por essa razão, foram proibidas de amparar as mães e principalmente crianças; isto implicou desqualificação do ofício das parteiras juntamente com outras práticas de cura populares, como os curandeiros e boticários.

Sugere Mott (1999) que esta construção da parteira no imaginário social como mulher ignorante e desqualificada para o atendimento ao parto faz eco há tempo na área da saúde, como também em grande parte da sociedade. Surgida há séculos, esta imagem continua presente “não só na literatura médica brasileira do século XIX, como também na de vários países, tendo sido inclusive incorporada



por historiadores e sociólogos do século XX.” (MOTT, 1999, p. 25). Assim, é recorrente encontrarmos pessoas que se surpreendem quando falamos sobre essa profissão.

Assim, ao longo da história da humanidade, é possível verificar que a mulher sempre deteve o papel principal na assistência ao parto, independentemente do universo sócio - cultural no qual estivesse inserida. A literatura sobre a história do atendimento à gestante e à parturiente aponta que, aproximadamente até o século XVII, as mulheres pariam seus filhos, exclusivamente entre elas, através de intercâmbio de experiências vivenciadas e passadas de mãe para filha. O conhecimento do processo de nascer se construía oralmente.

Com o envolvimento dos médicos no cenário do parto dar -se início ao processo de desqualificação do trabalho das parteiras, que passavam a perder espaço para a Medicina acadêmica . Esta incorporava a parturição como um campo específico (que mais tarde seria denominada de obstetrícia). Comungando com a nossa reflexão, Muraro (1998, n.p.) assevera que, “quando cessou a caça às bruxas, no século XVIII, houve grande transformação na condição feminina”: não mais imoladas como feiticeiras, as portadoras do saber feminino popular, encontraram um campo – embora ainda subalterno – para desenvolver-se à distância, ou seja, na sombra do poder médico masculino já solidificado (MURARO, 1998).

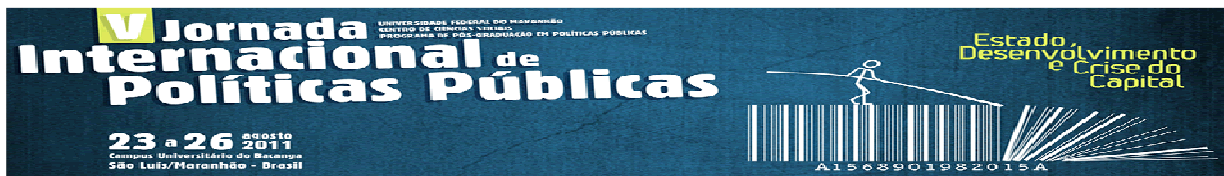
### 3- Algumas considerações

A visão que a maior parte dos brasileiros tem sobre as parteiras é que o seu serviço é uma alternativa inferior às práticas da medicina moderna e que somente as mulheres grávidas residentes em lugares longínquos são assistidas por elas.

Ressaltamos que essa é uma percepção arraigada na idéia da supremacia do saber científico em relação ao saber popular, pois, na história da assistência ao parto, possivelmente não exista profissional com tamanha importância e representatividade tal qual a parteira tradicional: a sua atuação é tão antiga quanto a própria humanidade.

E, na contramão do que muitos pensam, as parteiras são atuantes não somente em lugares distantes, onde é difícil o acesso aos serviços de saúde, mas





também nas zonas periféricas das cidades das regiões norte e nordeste, assistindo aquelas mulheres grávidas que, por razões diversas, não conseguem o atendimento médico-hospitalar.

Entretanto a invisibilidade do trabalho das parteiras tradicionais e a falta de regulamentação da sua profissão limitam a sua atuação, pois o seu isolamento e a conseqüente falta de treinamento formal contribuem para que se questione a adequação dos cuidados que elas dão às mulheres, além de corroborar com a idéia de inferioridade de seu atendimento.

Não obstante os entraves colocados em seu trabalho, reiteramos que as parteiras tradicionais continuam atuando e estão organizadas em grupos ou associações em diversos estados brasileiros, inclusive no Maranhão .

## REFERÊNCIAS

AIRES, Maria Juracy. **Técnica e tecnologia do parto**: a produção e apropriação do conhecimento tecnológico por parteiras tradicionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Federal de Ensino Tecnológico do Paraná, Curitiba, 2006.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil no século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./jun. 1991.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995.

DINIZ, Simone G. **Assistência ao parto e relações de gênero**: elementos para uma releitura médico-social. 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: MACHADO, Roberto (Ed.) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008a. p. 79-98.

\_\_\_\_\_. O nascimento do hospital. In: MACHADO, Roberto (Ed.) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008b. p. 99-111.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: FEU, 1995.

JORDAN, Brigitte. **Birth in four cultures** – crosscultural investigation of childbirth in Yuacatan, Holland, Sweden and United States. Illinois: Waveland, 1993.

MOTT, Maria Lucia. **Parto, parturientes**: Mme: Durocher e sua época. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.



MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. [Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Tempos, 1998]. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar?q=muraro>>. Acesso em: 12 de mar. 2011. Não paginado.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Assistência ao parto normal**: um guia prático. Relatório de um grupo técnico. Genebra, 1996.

RODHEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SAMPAIO, Alessandra et al. **Parteiras tradicionais e suas práticas na área rural de Pernambuco**. [Recife], 1996. Disponível em: <<http://www.abep.enpo.unicamp.br/docs/anis/PDF/1998/a156.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2008. p. 2.

TORNQUIST, Carmem Susana. A mão e a luva: o processo de medicalização do parto e o corpo feminino em Florianópolis. In: MORGA, A. (Org.). **História das mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Parto e poder**: o movimento pela humanização do parto no Brasil. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.



## FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS, DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Nilce Cardoso Ferreira<sup>3</sup>

### RESUMO

A importância dos Fundos Rotativos Solidários como crédito alternativo e dinamizador dos grupos da economia solidária, no Maranhão, onde há uma elevada concentração de renda e conseqüente pobreza da maioria da população. Os programas existentes, de fomento à economia solidária, em nível federal, apontam contradições diante das determinações macroeconômicas, pela dependência de financiamento externo, adotando, prioritariamente, políticas em favor do capital; mantendo a vulnerabilidade dos trabalhadores. Analisa-se, também, o papel dos Fundos Rotativos Solidários, os impactos sócio-econômicos a que se propõe e a concepção de desenvolvimento, trazida pela economia solidária, discutindo sua viabilidade e seus entraves, diante do modelo vigente.

**Palavras chaves:** Fundos Rotativos Solidários, trabalho, economia solidária, precarização do trabalho, políticas públicas, desenvolvimento.

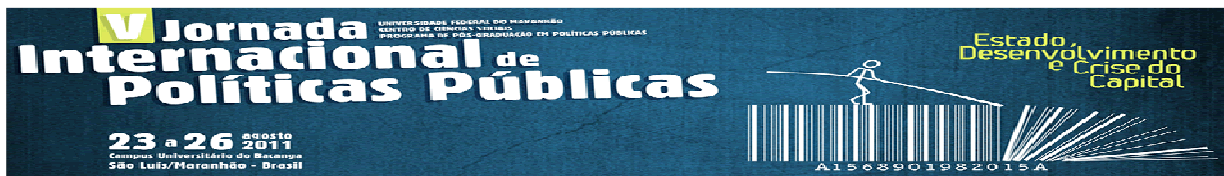
### ABSTRACT

The importance of Partner Rotary Funds as alternative credit and dynamize of partner economy groups, in Maranhão, where there's a high income concentration and consequently poverty of most part of the population. The existent programs of incetment to partner economy, in federal level, lead to contradictions due to external loans, adopting priority policies in favor of the capital; keeping the workers vulnerability. It's also analyse the role of Partner Rotary Funds, social and economic impacts and the conception of development brought by partner economy, through its viability and impediments compared to the current model.

**Keywords:** Partner Rotary Funds, work, partner economy, work precarization, public politics, development.

---

<sup>3</sup> Mestranda em Desenvolvimento Socioespacial .Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).  
[nilce.cardoso@uol.com.br](mailto:nilce.cardoso@uol.com.br)



## 1. INTRODUÇÃO

A desregulação da economia e das relações de trabalho, agravada pela crise do capitalismo nos 1990, com ênfase na abertura dos mercados, amplia o desemprego estrutural de maneira mais intensa nos países periféricos como o Brasil.

A reestruturação produtiva, a partir de meados dos 1980 se articula com uma política recessiva em função do agravamento da dívida externa com as determinações impostas pelo Fundo monetário Internacional (FMI).

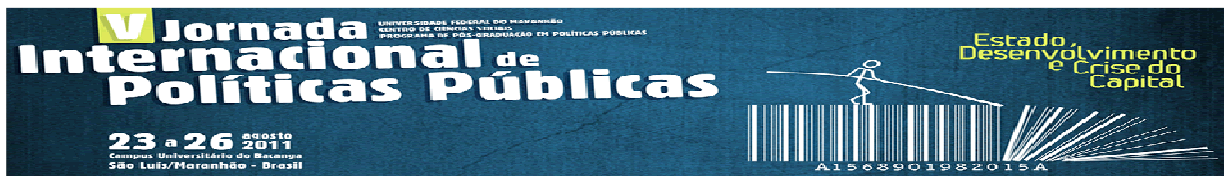
O período de recessão e retração do mercado interno, na chamada década perdida impactou, conseqüentemente, no comportamento do PIB, na reação do empresariado e nas relações do mercado de trabalho; foram adotados novos padrões da organização produtiva, a fim de conseguir maior competitividade e espaço no mercado internacional.

Com o fortalecimento da concepção neoliberal (anos 1990), a reestruturação produtiva atinge negativamente o sindicalismo brasileiro, desfavorecendo, ainda mais, os trabalhadores na relação capital/trabalho. O baixo nível de emprego aumenta a precarização do trabalho, vulnerabilizando os ganhos trabalhistas e o poder de organização dos trabalhadores.

Nesse contexto apresentam-se alternativas de geração de renda, fora da lógica capital/trabalho, dentre elas o trabalho associado, com concepção autogestionária. Essas alternativas, assessoradas por Organizações Não Governamentais diversas e pela Igreja, começam a demandar investimento de políticas públicas, para se firmarem no mercado e garantirem renda e melhores condições de vida aos seus participantes.

Com o fortalecimento e aumento dessas organizações algumas políticas foram conquistadas, entre elas a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, ligada ao Ministério do Trabalho, que desenvolveu vários programas de formação e comercialização junto aos grupos produtivos (ou empreendimentos de economia solidária).

Os programas, fruto das demandas apresentadas pelo movimento organizado, como O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), se apresentaram em várias



pontas, tentando articular a cadeia produtiva e a dinâmica da produção-comercialização-consumo, considerado a transversalidade da formação pautada na educação popular.

É nessa perspectiva, do fomento à Economia Solidária, que se destaca a importância dos Fundos Rotativos Solidários como crédito alternativo e dinamizador dos grupos produtivos solidários.

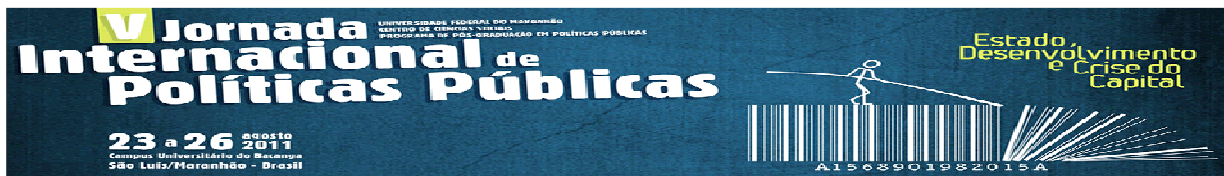
Dinamizar os grupos e fortalecer sua capacidade de produção implica fortalecer seu projeto de desenvolvimento, que se diferencia do modelo vigente porque tem a perspectiva local, prioritariamente e o bem estar social preponderante ao lucro.

Importa, no entanto, levantar as possibilidades dessas políticas e da economia solidária no contexto capitalista. Várias contradições e limitações se apresentam, inclusive diante das determinações macroeconômicas, dos investimentos públicos prioritários, com forte dependência de financiamento externo, favorecendo o capital e fragilizando os trabalhadores e trabalhadoras.

O papel efetivo dos Fundos Rotativos Solidários na dinâmica de crescimento e sustentabilidade dos grupos produtivos solidários, traz um relevante debate sobre a lógica do investimento público e seu retorno do ponto de vista da apropriação coletiva e dos impactos sócio-econômicos, inclusive para a geração de emprego e renda, articulada com a concepção de desenvolvimento, que dependendo do seu foco, define os segmentos sociais que serão beneficiados.

No Maranhão, particularmente, o desemprego e subemprego são realidades presentes e se constituem categorias de fortalecimento para manutenção do *status quo* e desmobilização dos trabalhadores e trabalhadoras empregados.

Dessa forma aprofundar o debate das possibilidades do trabalho associado e autogestionário, defendido pela economia solidária pode se apresentar, de fato, uma alternativa conjuntural que diminua a “população excedente relativa”, contribuindo para alteração da correlação de forças no sistema capitalista, a favor dos trabalhadores e trabalhadoras.



## 2.OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO CONTEXTO DA POLÍTICA MACROECONOMICA NO BRASIL E NO MARANHÃO

Na década de 1990, com a abertura do mercado nacional, flexibilização das relações de trabalho e aumento do desemprego se amplia a necessidade de políticas públicas de emprego, inclusive porque o próprio setor industrial começa a retrair em função dos ajustes impostos pela competitividade internacional.

As alternativas para os trabalhadores, nesse contexto, passam pela precarização dos subempregos e informalidade, criando condições para formas específicas de organização e enfrentamento à crise existente no mercado de trabalho.

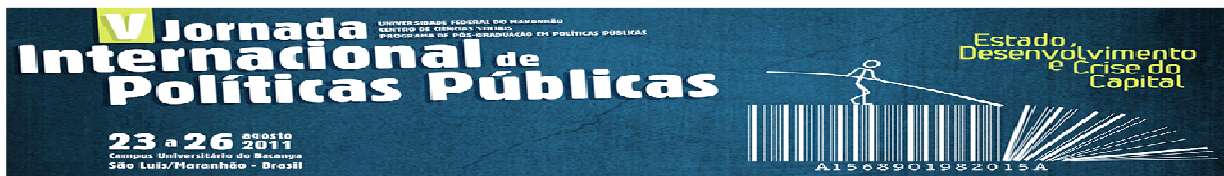
A hegemonia da concepção neoliberal, de mercado auto-regulado, Estado mínimo, força os trabalhadores a construírem alternativas de trabalho e renda.

O cooperativismo, embora seja uma forma secular de organização do trabalho, está recolocando-se hoje, como alternativa para responder ao processo de desemprego e precarização social. Evidencia-se este fato por meio do notório crescimento de experiências diversificadas, inseridas nos mais diferentes setores sócio-econômicos, especialmente nas últimas décadas. (GALVÃO e CIFUENTES, 2001, p.2).

As organizações associativas, as cooperativas de trabalho se ampliam e também as suas perspectivas, distinguindo-se do modelo básico de cooperativismo, propondo uma concepção de desenvolvimento diferenciado, pautando as diversas demandas do movimento social, como meio ambiente, questões de gênero, raça/etnia, formação nas bases da educação popular, orientação sexual, distribuição de renda e crescimento local. Essa forma de trabalho associado foi construindo o movimento da economia solidária no Brasil.

Na última pesquisa do Sistema Nacional de Economia Solidária (2007), foram identificados 21.859 empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil e 793 no Maranhão, totalizando mais de 1um milhão e setecentos mil trabalhadores e trabalhadoras se organizando em torno de uma outra concepção de produção e comercialização e também, de projeto de desenvolvimento (<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>).

Esses grupos têm avançado em sua organização e proposições através dos fóruns estaduais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, além do Conselho Nacional



de Economia Solidária. Suas reivindicações passam pela ampliação da capacidade produtiva e formação de redes de produção e consumo, a fim de implementar o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

Existem, no entanto, fortes críticas às propostas da economia solidária, que se dão, principalmente, pela via da esquerda marxista. A avaliação mais branda à economia solidária é enquanto um socialismo utópico, avançando para críticas mais duras como “projeto político conciliador e funcional ao capitalismo”. É nesse sentido que Maria Teresa Menezes considera que

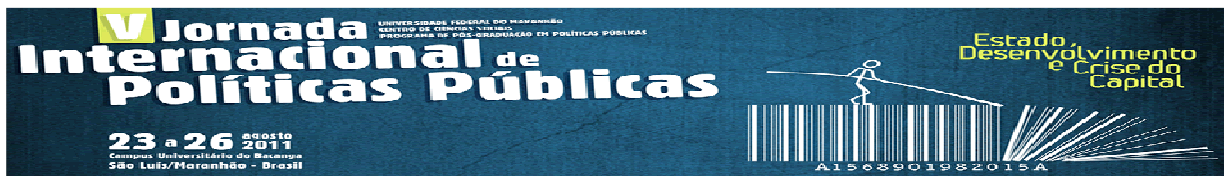
A retórica que alimenta as práticas sociais “alternativas” e configura a “economia solidária” é difundida como uma possibilidade de emancipação da classe trabalhadora sob o primado da auto-ajuda, da autogestão, da ajuda mútua, do cooperativismo e do associativismo, desembocando na “virtude” da “responsabilidade pessoal”, tão ao gosto da doutrina neoliberal. Práticas essas que, por sua vez, enriqueceriam a convivência social, redefiniriam a responsabilidade e reduziram a pobreza e o desemprego, porque desfariam os sufocantes laços tradicionais de dependência dessas classes sociais em relação à “proteção” do Estado Social e, até como possibilidade, sem lançar mão de processos sociais radicais, de atingir o socialismo pela generalização do sistema cooperativista ou de uma sociedade “alternativa” que interagiria, harmoniosamente, com a ordem do capital (MENEZES, 2007)

A geração de renda com foco no trabalho associado, fora do padrão capital/trabalho, no sistema capitalista, apresenta, porém, uma série de desafios e dificuldades que constroem as reivindicações do movimento, no que refere ao fomento à economia solidária, que contemple formação, produção, comercialização e financiamento.

Nesse contexto, apresentam-se os Fundos Rotativos Solidários, como instrumento que viabilize a dinâmica financeira das atividades dos grupos, seja do ponto de vista da organização autônoma ou enquanto política governamental, a fim de garantir a consolidação dos grupos produtivos de trabalhadores e trabalhadoras.

A questão é que a legislação vigente, que regula o mercado financeiro e o financiamento público, está pautada no modelo capitalista e do grande capital; as taxas de juros e as condições de tomada de empréstimo e pagamento são inadequadas à realidade dos grupos produtivos, inclusive pelo montante liberado, haja vista muitos possuírem caráter de informalidade e/ou terem um lastro patrimonial muito pequeno.

Nesse sentido, quando se apresenta algum programa de fomento na perspectiva de fomento aos grupos, este vem com regras limitantes, solicitando



contrapartidas que os grupos não podem oferecer como estrutura de pessoal, equipamentos etc; o trabalho é praticamente todo voluntário e dificulta a dinâmica de acompanhamento e assessoria; inclusive o montante liberado é muito baixo, insignificante para alterar o quadro estrutural e de produção dos grupos.

Com vistas ao modelo de desenvolvimento construído no movimento de economia solidária, constituem-se demandas básicas para sua efetiva implementação, tais como: maior eficiência das políticas públicas e investimento em infra-estrutura, educação, saúde, reforma agrária etc.

A política macroeconômica adotada, no entanto, não garante um processo de distribuição de renda e de acesso às políticas para uma alteração consistente do *status quo* e correlação de forças capital/trabalho. Pelo contrário, mantém-se restritiva, com juros altos, mesmo no período mais propício para investimento do governo e crescimento, haja vista a meta de superávit primário<sup>4</sup> elevada. Essa tendência manteve o país na dependência tecnológica e exportação de *commodities*, que lhe deu a condição de crescimento vulnerável.

No governo Lula, do ponto de vista institucional, a economia solidária conseguiu alguns avanços, entre eles a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, para fomentar a Economia Solidária, inclusive linhas de financiamento especiais para os grupos produtivos desse segmento.

Em termos orçamentários, no entanto, a SENAES, sempre teve grandes restrições, desenvolvendo programas e projetos com recursos muito limitados, dependendo, inclusive, do empenho e boa vontade dos militantes do movimento para sua execução.

### 3. AS EXPERIÊNCIAS EXISTENTES DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Um financiamento diferenciado às populações de baixa renda tem um efeito multiplicador extraordinário, porque parte da possibilidade de dinamizar a economia local e gerar trabalho renda. A questão é garantir um processo burocrático que se adéque à

---

<sup>4</sup> Relação entre as despesas e receitas do Governo menos os juros da dívida externa e interna do setor público





realidade desses grupos, com assessoria direcionada e que incorpore uma nova lógica de desenvolvimento, considerando a sustentabilidade de populações vulneráveis.

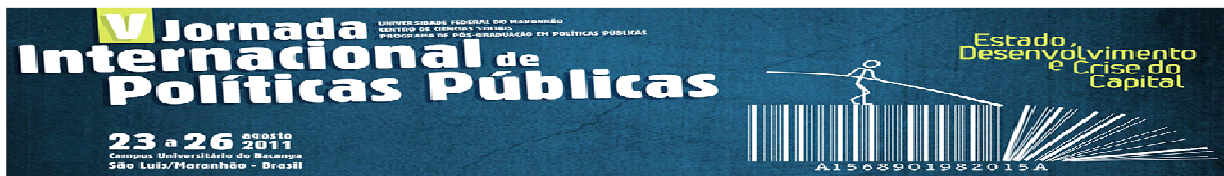
Nos anos 1980, a prática de Fundos Rotativos Solidários se ampliou no Brasil, com o apoio de movimentos sociais e igrejas, em especial nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da concepção de desenvolvimento local, com práticas contextualizadas. Surgiram os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), apoiados por várias organizações da Igreja, com financiamento da cooperação internacional. Os PACs consistiam em produções pequenas, visando o desenvolvimento e a infra-estrutura comunitária.

As formas de organização e gestão dos FRS's são diversas e alimentadas pelas dinâmicas comunitária, municipal ou regional [...]Na forma de gestão mais usual, as famílias se reúnem, avaliam os trabalhos da comunidade, fazem a prestação de contas e dão a sua contribuição. Geralmente, o valor de retorno ao Fundo é definido de acordo com as condições de cada família e aquelas com melhor condição financeira contribuem com parcelas maiores. Na reunião, ainda é feito o sorteio da próxima família a ser contemplada (ROCHA; COSTA, 2005, pág. 15).

Nesse processo, entre outras organizações, formaram-se as cooperativas de crédito solidário, com o principal desafio de captação de poupança, feita, normalmente, através de parcerias e cotização entre os associados. Atualmente há um sistema de apoio às cooperativas de crédito solidário, que busca formar uma rede de instituições financeiras locais, com um caráter diferenciado, uma vez que opera com outros fundamentos de cooperativa de crédito, tais como: flexibilidade quanto às condições locais; controle social e valorização da comunidade; promoção do desenvolvimento local, com ênfase no desenvolvimento sustentável e respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero etc ([www.ecosol.com.br](http://www.ecosol.com.br)).

Pode-se destacar a experiência do Banco Palmas ( comunidade do Conjunto Palmeira) em Fortaleza (CE) - Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP). Foi o primeiro banco comunitário (1998). A sua moeda é Palma e a população adquire através de trabalho ou empréstimo. A moeda é amplamente aceita nos comércios do bairro. A sua concepção é pautada na formação de uma rede de solidariedade, desde a produção até o consumo, numa perspectiva de fortalecimento e dinâmica da estrutura sócio-econômica da comunidade.

No estado do Maranhão, existe, em Alcântara, o Banco Comunitário Quilombola (2007), cuja moeda social é Guará, seu capital inicial foi proveniente do Banco



do Brasil e da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (SETRES).

No início de 2008, a SENAES lançou o Programa de Apoio a Bancos Comunitários, disponibilizando R\$ 3 milhões, para a criação de 40 novos bancos. O programa pretende utilizar e disseminar a metodologia do Banco Palmas em nível nacional. No Maranhão foram aprovados três projetos, para apoio financeiro a atividades produtivas associativas solidárias. A devolução é voluntária e busca financiar as demandas de custeio e capital; a idéia é formar um fundo auto-sustentável, que possa ampliar a capacidade de autogestão dos grupos produtivos. As três entidades contempladas estão articuladas com o Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA.

#### **4. DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DOS FUNDOS ROTATIVO SOLIDÁRIOS**

As possibilidades dinamizadoras dos fundos rotativos para a economia local tem se mostrado reais e exitosas em vários espaços. São muitos, contudo, os desafios existentes, inclusive por se tratar de um segmento com baixa renda, com enormes dificuldades para garantir as transações (administrativas e de infra-estrutura); uma vez que possuem custos (fixos e variáveis) que não são cobertos pelos recursos disponibilizados pelos programas.

Além disso, a sobrevivência dos fundos corre risco pelo caráter da não obrigatoriedade formal da devolução; tudo está condicionado ao compromisso social e consciência solidária, sob o risco da inadimplência, que pode se dar, também, em função das precárias estruturas e volume e qualidade da oferta de bens e serviços. Outro aspecto é que a sustentabilidade e ampliação do fundo demandam novas inversões, que poderiam ser feitas através da poupança dos associados, mas para que isso aconteça é necessário que estes tenham um aumento na renda, de forma a poder garantir uma sobra mínima para a poupança.

A questão é se os fundos rotativos solidários têm viabilidade, como instrumentos impulsionadores e fortalecedores da lógica produtiva solidária, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, haja vista o montante de investimento direto realizado, e, considerando, ao mesmo tempo, o modelo de desenvolvimento econômico adotado e



priorizado pelo Estado, que tende à contenção de gastos sociais; taxa de juros elevada, que gera maior endividamento, inibindo o crescimento econômico e o desenvolvimento. (SOUZA, 2004).

É interessante destacar, no entanto, que a existência de várias e crescentes experiências de economia solidária, de práticas associativas e de cooperativismo solidário demonstra que essas alternativas têm contribuindo para a gestão da qualidade de vida de populações de baixa renda, tanto na zona rural como urbana. Essa realidade, em confronto com um processo crescente de excluídos pela lógica destrutiva do capitalismo demanda uma reflexão e estudo mais aprofundado sobre o papel e possibilidades dos fundos rotativos solidários poderem se deslocar - sair de experiências isoladas e se ampliar nos marcos de uma economia de mercado sem que sejam excluídos pela estrutura capitalista ou dominados por ela.

## CONCLUSÃO

A concepção de desenvolvimento adotada no Maranhão e no Brasil tem priorizado o desenvolvimentismo e os grandes projetos, como exemplo o Projeto Carajás, ALCOA e a Base Espacial de Alcântara, que não conseguiram propiciar uma melhor dinâmica para a economia local, mas sim vantagens ao grande capital. Essa concepção reforçou o agravamento sócio-econômico e ambiental, haja vista as desapropriações, desmatamento, instalação de carvoarias, com alta exploração da força de trabalho; inclusive infantil.

No caso da geração de emprego Moacir Feitosa, considera que

*[...] no final de dezesseis anos de funcionamento, sem considerar as demissões e supressão de algumas atividades terceirizadas, no total, incluindo as guseiras e as fazendas florestais já existentes, foram geradas, em caráter direto e permanente, pouco mais de 6 mil e 500 empregos (FEITOSA, 1998, p.124)*

A situação sócio-econômica no estado se agravou e, em especial, em São Luís, que absorveu os impactos das alterações econômicas - consequência das políticas implementadas.



A implantação de indústrias em si cria a ilusão do progresso e funciona como atração de contingentes de trabalhadores de dentro e de fora do Estado, que por se tratar de pessoal sem qualificação, é absorvido, na fase inicial de construção das obras e depois dispensado, ampliando o quadro de tensões sociais e violência nos centros urbanos que não dispõem de infra-estrutura para atender convenientemente à população. O exemplo evidente é São Luís com deficiências em termos de oportunidades de atendimento, educacional, de saúde, sem água e sem energia para as populações carentes, serviço de conservação e coletas de lixo precário etc. (SILVA, 1990, p.8).

A política econômica pautada nos projetos do grande capital além de não conseguir garantir um crescimento sustentável, manteve a riqueza concentrada e as demandas sociais desassistidas.

A proposta e a existência das experiências de economia solidária, de práticas associativas e de cooperativismo do trabalho se apresentam como uma alternativa autogestionária para a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores de baixa renda, tanto na zona rural como urbana.

Essas experiências, no entanto, só conseguiram sair de experiências pontuais na medida em que obtiverem aumento do investimento adequado às suas realidades organizativas, que vão de encontro à lógica dos fundos rotativos solidários e confrontam com a lógica destrutiva do capitalismo.

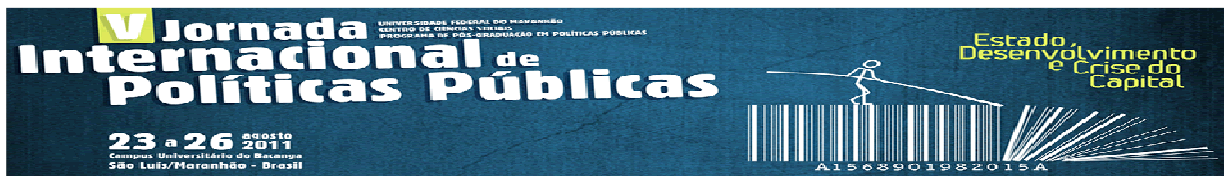
O papel das políticas públicas torna-se fundamental, considerando dotação orçamentária direcionada e legislação específica. Sua efetivação, no entanto, não é simples nem tranqüila, porque implica disputa de espaço político e orçamentário no contexto de uma economia de mercado com estrutura capitalista.

#### REFERÊNCIAS

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da Economia Mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: UFMA, 1998.

CIFUENTES, Ricardo; GALVÃO, Marisa Nunes. *Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho*. São Paulo, maio.2001. Disponível em:

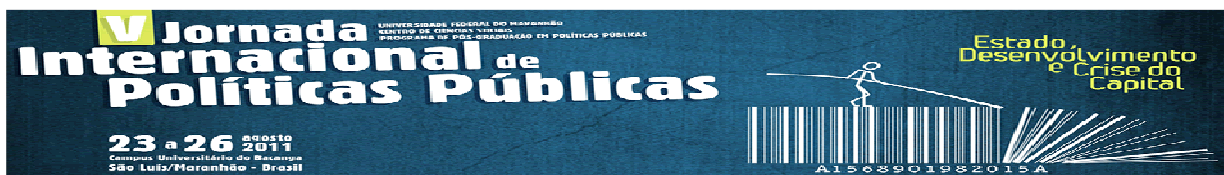
<<http://www.ecosol.org.com.br>



MENEZES, Maria Tereza Candido Gomes de. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

ROCHA, José Carmelo da; COSTA, José Valdir de Sousa. **Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido**. Agriculturas - v. 2 - nº 3 - out. de 2005

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A questão urbana e a organização popular em São Luís. **Comissão Justiça e Paz**. São Luís, v.1, jan., 1990,30 p.



## MOVIMENTO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: os processos de mobilização e a construção da identidade de quebradeiras de coco babaçu.

Valderiza Barros<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo é parte do projeto de pesquisa em andamento junto ao mestrado em desenvolvimento socioespacial e Regional e analisa a experiência de trabalho das quebradeiras de coco babaçu

### ABSTRACT

This article is part of the ongoing research at the master's degree in Regional and socio-development and examines the work experience of the babassu nut breakers

**Keyword:** development, coconut crackers, work

### 1. JUSTIFICATIVA: apresentando as razões do estudo.

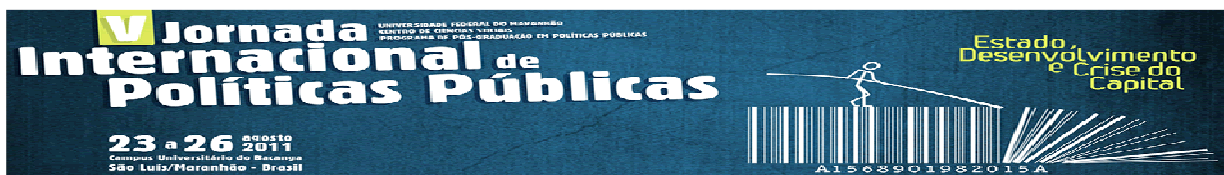
Este projeto que tem como referencial empírico as **comunidades tradicionais**<sup>6</sup>, em especial as extrativistas que se autodenominam *quebradeiras de coco babaçu*, organizadas em movimentos sociais como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)<sup>7</sup>, surgiu da junção de várias experiências em torno do universo dessas mulheres, experiências acadêmicas e profissionais. Na graduação concluí a monografia com o tema “*Um estudo sobre as quebradeiras de coco babaçu no livro didático Terra das Palmeiras*”. Na especialização também me deparei com inquietações entorno das várias identidades que as quebradeiras de coco assumem, nesse momento elaborei o trabalho monográfico com o título: “MÚLTIPLAS IDENTIDADES DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU”.

<sup>5</sup> Mestranda em Desenvolvimento Socioespacial .Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

[valderizab@yahoo.com.br](mailto:valderizab@yahoo.com.br)

<sup>6</sup> “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitido pela tradição”. (DECRETO Nº 6.040,2007).

<sup>7</sup> O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu articula seis (06) regiões: Médio Mearim, Baixada, Tocantina (Imperatriz e municípios vizinhos), no estado do Maranhão; Bico do Papagaio, no estado do Tocantins; Palestina, no estado do Pará; Esperantina, no estado do Piauí.



Além dos conhecimentos acumulados durante a graduação e pós-graduação *latu sensu*, também foi de fundamental importância o contato com as quebradeiras de coco babaçu, nos três anos em que trabalhei junto ao MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu). Atividade esta que me possibilitou acompanhar o dia-a-dia, as lutas e dilemas deste Movimento social organizado. Ao longo desse tempo pude exercitar “aproximações” e “distancias” em relação a situação que pretendo estudar e exercitar o que (Cardoso de Oliveira:1998) classifica como o “estranhamento do familiar” e ao mesmo tempo “a transformação do exótico em familiar”.

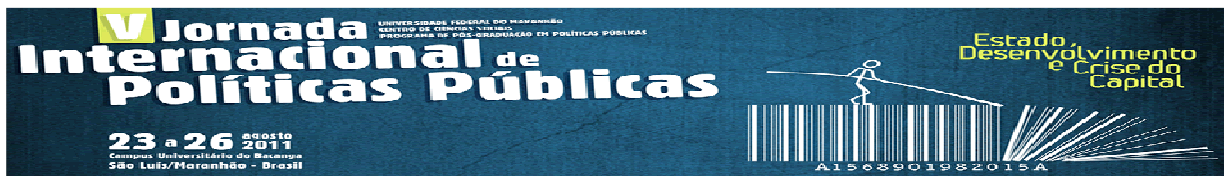
As *quebradeiras de coco babaçu*, constituem um grupo de mulheres extrativistas que integram diferentes formas organizativas e ocupam papéis sociais diferenciados. O termo quebradeira de coco babaçu embora seja relacionado a uma atividade econômica se constitui em uma forma de auto-definição<sup>8</sup> que congrega as agentes sociais em processos de mobilização nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

A organização dessas trabalhadoras rurais em um movimento surge a partir do desenvolvimento de uma consciência coletiva de que era necessário construir um movimento que encampasse as bandeiras de luta e discutisse os problemas que eram comuns a essas mulheres extrativistas: identidade, gênero, por necessitarem estar juntas aos companheiros nas discussões dos sindicatos, ecologia da luta contra a derrubada de palmeiras, educação voltada para as questões da realidade local, saúde, possibilidade de dominar o corpo e ter direito inclusive sobre a reprodução, sexualidade; enfim, romper com formas tradicionais de organização.

As quebradeiras de coco babaçu estão organizadas em diferentes unidades de mobilização, tais como cooperativas, associações, grupos de mulheres e outras. Essas unidades de mobilização funcionam em rede (WAGNER:1995P.17). Desde o seu surgimento enquanto movimento organizado, as quebradeiras enfrentam dificuldades para adquirir o coco porque a maioria dos babaçuais encontra-se em áreas privadas. São inúmeros os impedimentos de acesso aos babaçuais como: quebra da alça do jacar<sup>9</sup>, *quebra de meia*, venda por vale, além da luta contra a cerca elétrica e o agronegócio. O Movimento emerge quando os preços do babaçu estavam em baixa em decorrência da importação do óleo da Malásia, as mulheres iniciam discutindo a necessidade de uma

<sup>8</sup> O critério de autodefinição é reconhecido atualmente pela própria legislação que rege o direito de povos e comunidades tradicionais e é resultado de mobilização dessas comunidades em torno do reconhecimento de seus direitos territoriais.

<sup>9</sup> O jacar é um cesto feito artesanalmente, onde as mulheres colocam o coco babaçu pendurado por uma corda em um animal, ou seja, elas catam o coco e levam para casa no jacar



política do governo federal que garantisse os preços da amêndoa e do óleo.

Analisar o processo de construção da identidade de quebradeira de coco tomando como base para o estudo os processos de reivindicação e estratégias adotadas pelo MIQCB é a questão central que orienta esta proposta.

## 2. CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA

O aparecimento do movimento de quebradeiras de coco no cenário político nasce em um contexto mais amplo de emergência dos novos movimentos sociais, em que a autodefinição, reconhecimento da identidade, etnia dentre outros aparece como uma bandeira de luta.

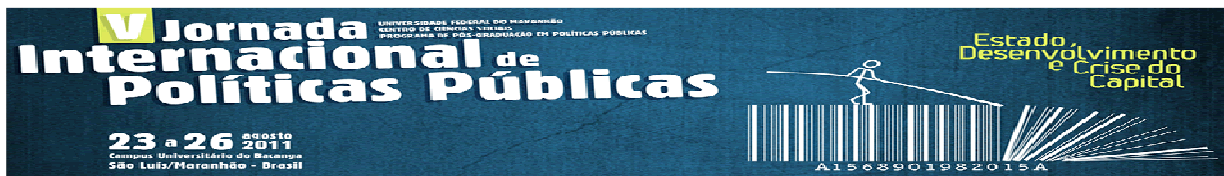
Entre as décadas de 70 e 90, o modo de produção capitalista vivencia um período de crise, denominado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (1995) como “década de crise”. Nesse período, problemas que pareciam ter sido resolvidos nas décadas subseqüentes à 2ª guerra, como a pobreza, o desemprego, a violência, a concentração de recursos, reaparecem para desmascarar a desigualdade econômica inerente a esse modo de produção. A modernização tecnológica que deveria ter sido utilizada em benefício dos trabalhadores, na realidade serviu para descartar a mão-de-obra e, conseqüentemente, milhares de pessoas ficaram desempregadas.

Nesse contexto, surgem os novos movimentos sociais expressando a organização da sociedade civil com reivindicações específicas, ou seja, por novas formas de organização e representação. Nesse universo podemos citar os movimentos feminista, ecológico, indígena, negro e quilombola entre outros, na América latina e no Brasil.

Em geral os objetivos destes movimentos ligam-se à satisfação das necessidades humanas fundamentais, indispensáveis a viver com dignidade, como o direito à educação, saúde, moradia, ao lazer e à valorização das culturas locais, entre outras lutas específicas, tidas pelo “movimento tradicional” como questões imediatas e não finalidades.

No Brasil, são recentes as experiências de construção das políticas públicas direcionadas a povos e comunidade tradicionais e os processos se relacionam diretamente as lutas de movimentos organizados a exemplo do qual pretendo estudar. Podemos considerar ainda que os temas como: “identidade”, “etnia”, “política pública”,





território dentre outros, são frutos de construções sociais oriundas dos denominados movimentos sociais.

No tocante ao MIQCB, este possui diferentes formas de atuação e ação que ultrapassa a satisfação de necessidades materiais ou individuais, estabelecendo novos critérios para definição de direitos dos grupos sociais e impondo a discussão da opressão simbólica para solidificar o espaço da autonomia, da identidade e da participação direta como indispensáveis à transformação da realidade.

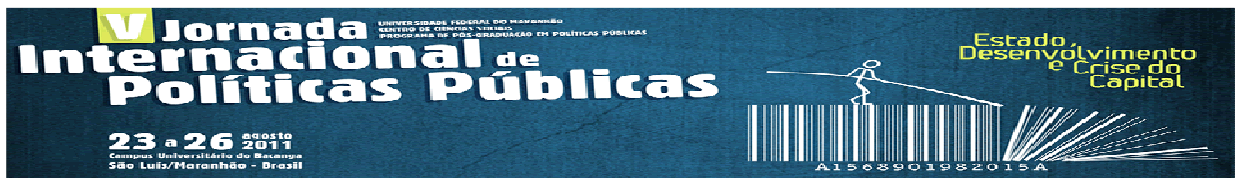
As mulheres que integram o MIQCB ocupam várias posições sociais, são trabalhadoras rurais, extrativistas do babaçu, esposas, mães, com dupla ou até tripla jornada de trabalho. Em busca de elementos para caracterizar essas discussões em torno da construção da identidade de quebradeira de coco babaçu recorrendo às formas de mobilização como elemento de construção dessa identidade procurarei analisar os diferentes aspectos relacionados à vivência desse segmento, incluindo o espaço social onde essas mulheres desenvolvem suas relações familiares, culturais e de trabalho. Identidade aqui entendida como não fixa, mas uma construção social onde as agentes acionam para fortalecimento coletivo, ou seja, a identidade é sempre uma relação social construída com outros. (Stuart Hall, 1999 p. 13).

Uma das questões que orientou a elaboração desse projeto foi em que momento a identidade de quebradeira de coco é acionada e que fatores são relevantes nesse acionamento? A questão central da minha pesquisa consiste em analisar a relação entre a construção da identidade e os processos de reivindicação. Quais as práticas sociais e políticas que permeiam as discussões desenvolvidas no âmbito do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu que levam a autodenominação?

Identificar a representação das quebradeiras de coco babaçu, em torno das categorias identidade, etnia, gênero e educação, apresenta-se como um exercício preliminar para compreensão dos processos de construção desta autodenominação.

Analisar as mobilizações referentes às chamadas “Leis de Livre Acesso aos Babaçuais, assim como os processos de reconhecimento da situação territorial é outro exercício que possibilitará melhor compreender a relação entre a construção dessa identidade e os processos reivindicatórios empreendidos pelo MIQCB.

Nesta proposta apresento ainda alguns outros questionamentos a serem considerados no decorrer do desenvolvimento do trabalho, como: até que ponto as



demandas e perspectivas do MIQCB são contempladas pelas políticas públicas voltadas para o segmento das quebradeiras de coco? Em que medida as políticas públicas atendem aos interesses das mulheres organizadas no MIQCB? Qual a representação das *quebradeiras de coco* em relação à identidade, etnia e gênero e como estas são incorporadas nas relações que ocorrem no âmbito do MIQCB e também em relação aos outros grupos, ao Estado, às políticas de desenvolvimento ou ainda nas relações familiares?

### 3 – OBJETIVOS DO ESTUDO

#### 3.1 – Objetivo Geral

O objetivo geral desse projeto consiste em analisar a relação entre a construção da identidade e os processos de reivindicação das *quebradeiras de coco babaçu* organizadas no MIQCB.

#### 3.2 – Objetivos Específicos

- Identificar as práticas sociais que permeiam as discussões das chamadas quebradeira de coco babaçu;
- Descrever os processos de mobilização do MIQCB que contribuem para a afirmação da identidade do grupo;
- Levantar os antagonistas do Movimento de Quebradeiras de coco babaçu.

### 4. METODOLOGIA

Realizaremos a pesquisa recorrendo a diferentes fontes, incluindo a seleção de um vasto material bibliográfico concernente ao tema e a partir de fontes existentes junto ao MIQCB tais como relatórios, pesquisa já realizada e projetos. Além de incorporar outras de cunho metodológico, incluindo autores que refletem sobre identidade, etnia, gênero, pesquisa tais como ALMEIDA (1995; 2008; 2005), HALL (2000) HOBBSAWN (1995) BARTH (2000) ACSELRAD (2004) WEBER (1993) GEERTZ (1978) dentre outros, de acordo com a necessidade da pesquisa pois como afirma (Bourdieu(2004) a pesquisa é que pede a metodologia a ser aplicada e o arcabouço teórico que utilizarei.

Com relação à pesquisa de campo, iniciarei com a realização de um *survey*,



metodologia contemplada pelo trabalho de campo (MALINOWSKI, 1978, p.19) que explora as possibilidades de um objeto, mapeando-as e registrando-as, antes de analisá-lo. A utilização do procedimento metodológico do *survey* servirá para levantar dados que consubstanciarão a definição dos locais a serem estudados. Posteriormente realizarei um estudo mais detido a partir de uma permanência mais prolongada nas áreas a serem pesquisadas. Entrevistarei também os agentes que compõe o universo socioespacial do MIQCB.

Em linhas gerais nossa proposta metodológica estará centrada nos termos a seguir:

- Levantamento, leitura de material bibliográfico concernente ao tema;
- Análise dos relatórios, pesquisas, e projetos já elaborados pelo MIQCB;
- Será realizado trabalho de campo, por meio de observação direta e coleta de depoimentos junto às quebradeiras de coco babaçu;
- Serão realizadas entrevistas com algumas quebradeiras de coco Babaçu e com pesquisadores que atuam nessa discussão junto ao MIQCB;

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Etal Cyntia Silva. Economia do Babaçu: Levantamento Preliminar de Dados. Ed. São Luís, MIQCB/Balaio Typografia, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quebradeira de côco babaçu**. Identidade e mobilização. São Luis: MIQCB, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. B. de. NETO Joaquim Shiraishi e MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luis, Lithograf, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1996.

BARROS, Valderiza. **Um estudo sobre as quebradeiras de coco babaçu no livro didático terra das palmeiras**. UFMA.2005.

BARTH, Fedrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: O guru, o iniciador e



outras variações antropológicas. Rio de Janeiro; Contra Capa Livraria, 2000, p.25 – 67.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a sociologia reflexiva. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

HOBBSBAWN. Eric. A era dos extremos – O breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1999/2000.

**MALINOWSKI**, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultura, **1978**.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo, Cortês, 1993.



## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MUDANÇAS NOS PADRÕES DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUIS

Andrea Silva Ribeiro<sup>10</sup>

### RESUMO

Analisar os impactos da reestruturação produtiva nos padrões de trabalho, na estrutura do emprego e na espacialidade da força de trabalho da região metropolitana de São Luis.

**Palavras-chave:** Trabalho, mobilidade espacial e modernização industrial

### ABSTRACT

Analyze the impact of restructuring of production patterns of work, employment structure and the spatiality of the workforce in the metropolitan region of Sao Luis.

**Keywords:** Work, mobility, space and industrial modernization.

## 1 INTRODUÇÃO

Para analisar as mudanças nos padrões de trabalho, estrutura do emprego e mobilidade espacial da força de trabalho na Região Metropolitana de São Luis, é necessário refletir sobre a atual da fase processo de reestruturação industrial (empreendimentos imobiliários) acelerado e intensificado a partir dos anos 2000. Para Harvey:

Assim, começam os capitalistas a fazer dinheiro com o aumento do valor de seus ativos. Com isso, os preços da propriedade imobiliária elevam-se mais e mais. Isso não torna uma cidade melhor, torna-a, antes, mais cara. Além disso, para construir condomínios de luxo e casas exclusivas, os capitalistas têm de empurrar os pobres para fora de suas terras – têm de tirar o nosso direito à idade.(HARVEY,2009:271)

---

<sup>10</sup> Mestranda em Desenvolvimento Socioespacial .Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).  
[andreas.ribeiro@hotmail.com](mailto:andreas.ribeiro@hotmail.com)



A consequência de tudo isso é a criação de uma situação em que os ricos podem cada vez mais exercer seu domínio sobre toda a cidade. Aliás, eles têm de fazer isso, porque essa é a única forma de usar seu excedente de capital. Em algum momento, entretanto, há também incentivos para que esse processo de construção da cidade alcance as pessoas mais pobres. As instituições financeiras concedem empréstimos aos empreendedores imobiliários para que desenvolvam grandes áreas da cidade. (HARVEY, 2009:272)

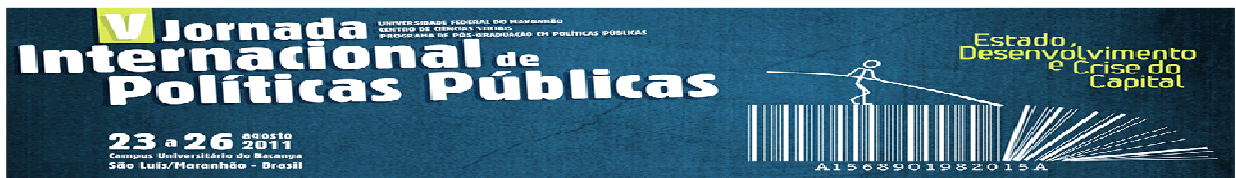
Existe certo consenso entre os autores de que a reestruturação produtiva pautada na produção flexível propiciou uma reorganização do processo de gestão da produção e da força de trabalho com novas práticas gerenciais centrada numa nova lógica de produção de mercadorias, desenvolvimento de tecnologias e descentralização produtiva (tais como a terceirização e ou as realocações industriais). Dentre as várias consequências desta nova lógica cabe citar o fechamento de indústrias e abertura de outras. Esse processo foi ancorado na modificação das regras institucionais e de relacionamento entre capital e trabalho. Segundo Harvey:

Podemos analisar isso da seguinte forma: o capitalismo acorda certa manhã e vai ao mercado com certa quantidade de dinheiro; compra trabalho e meios de produção; põe esses elementos para trabalhar e produz certo bem, para vendê-lo por mais dinheiro; no fim do dia, o capitalista tem mais dinheiro do que tinha no começo do dia. (HARVEY, 2009:271)

Como já foi amplamente discutido por diversos autores, o “regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro” designado por Chesnais de *mundialização do capital*, invadiu os setores produtivos com muito mais ímpeto, transformando as relações de trabalho e propiciando o surgimento e a consolidação dos arranjos urbanos-regionais. Dentro desse quadro acirraram-se as disputas por novos mercados acelerando as transformações no espaço e na estrutura produtiva e processos de trabalho. Conseqüentemente modificaram-se as condições técnicas, jurídicas, políticas e sociais com a agregação de novas práticas gerenciais e constituição de novos arranjos socioespaciais.

## **2 CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS(RMGSL)**

Segundo Castells (2000), um estágio avançado da urbanização no atual modelo



de acumulação e divisão internacional do trabalho, a metropolização é a forma espacial do crescimento urbano devido ao rápido e concentrado crescimento econômico, à elevada imigração (rural e estrangeira) sobre centros urbanos já constituídos, à existência de meios de deslocamento e ao papel do país na economia mundial.

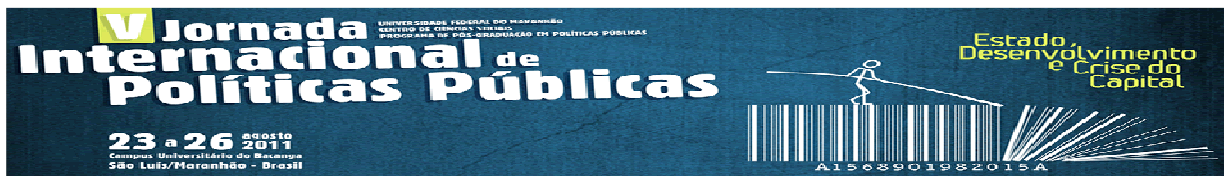
Castells (2000) afirma, que a dimensão metropolitana, que se trata de qualquer coisa a mais do que um aumento de dimensão e de densidade dos aglomerados urbanos existentes, anotando que as definições mais difundidas, assim como os critérios de delimitação estatística não guardam esta mudança qualitativa e poderiam aplicar-se, de fato, a qualquer „grande cidade“ pré-metropolitana. Desse modo, o que distingue essa nova forma das precedentes não é só seu tamanho, mas a difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica.

A Região Metropolitana da Grande São Luis (RMGSL) foi estabelecida através da Lei Complementar nº 038/1998, em consonância com a Constituição Federal de 1988, que determinou que os estados devessem instituir as regiões metropolitanas. Segundo a Lei complementar, a Região Metropolitana foram possui uma área de 1455,1 Km<sup>2</sup>, é formada pelos municípios de São Luis (831,7 km<sup>2</sup>), São Jose de Ribamar (436,1 km<sup>2</sup>), Raposa (63,9 km<sup>2</sup>, o mais novo, emancipado em 1º de Janeiro de 1997) e Paço do Lumiar (com 121,4 km<sup>2</sup>), totalizando uma população de 1.266.066 habitantes (IBGE/2009). A Lei Complementar 069/2003 alterou a redação à Lei de nº 038, acrescentando o município de Alcântara como pertencente à Região Metropolitana da Grande São Luis.

O potencial econômico da Região Metropolitana da Grande São Luis é diversificado, porém limitado industrialmente, cabendo destacar a grande usina de alumínio (Alumar), segunda maior do país, a usina de peletização de ferro (Vale do Rio Doce), o complexo portuário da ilha formado pelos terminais de Itaqui, Ponta da Madeira e Alumar, capaz de receber navios de grande capacidade e o comércio da região é variado e com boa oferta de serviços.

Em São Luís, concentra as atividades financeiras e indústrias, além de oferecer as melhores opções de compras do estado. Nos demais municípios que compõem a Região Metropolitana destacam-se atividades primárias como agricultura, pesca, extrativismo vegetal e exploração mineral.

A infra-estrutura da ilha São Luis permite que seus quatro municípios, contem com



um aeroporto de médio porte (Marechal Cunha Machado), o porto do Itaqui, já citado, o terminal rodoviário de São Luís, estação ferroviária, e dois terminais para barcos de passageiros, um em São Luís o outro em São José de Ribamar. O acesso à ilha se faz pela BR-135, onde há apenas uma ponte para veículos, ou pelas estradas de ferro da Companhia Ferroviária Nacional e Companhia Vale do Rio Doce.

A população da Região Metropolitana da Grande São Luis expandiu pelo seu território nas últimas décadas, sendo as maiores concentrações urbanas correspondem ao núcleo central de São Luís, os bairros da Cohab e Cohatrac, Maiobão, eixo São Francisco-Renascerça, Cidade Operária, e bairros do Itaqui-Bacanga.

A Grande São Luis conta com vários gargalos econômicos, sociais e institucionais que nos levam a questionar quanto à caracterização espacial desta área como região metropolitana ou como aglomerado de municípios.

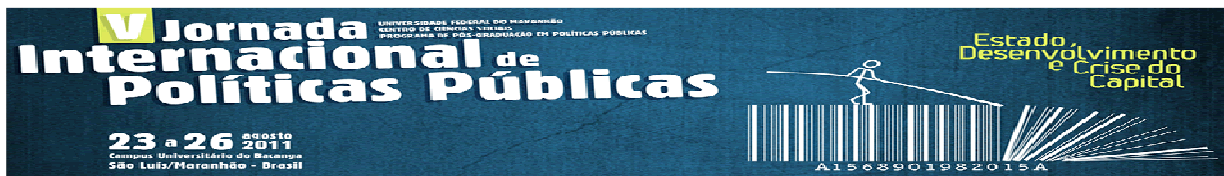
Os questionamentos perpassam sobre os limítrofes dos municípios que compõem a ilha de São Luis, a urbanização da região metropolitana como materialidade, devido às relações que dão concretude a um cotidiano intermunicipal cada vez mais integrado, nos leva refletir sobre a existência ou não, em São Luis, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa de instância, um cotidiano e um espaço comum, mesmo que não homogêneos.

### **3 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DO EMPREGO E DA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUIS**

A aplicação da análise exploratória espacial, como afirma Moura (2009), considerando dados de concentração da população e da renda da economia e os movimentos pendulares da população, contribuiu para identificar, entre os inúmeros arranjos espaciais do território brasileiro. A natureza da atividade econômica, sustentada por segmentos modernos da indústria, e sua articulação à atividade industrial brasileira são os principais condicionantes e resultantes da inserção desse Estado na divisão social hegemônica do trabalho.

A criação e a consolidação das externalidades que privilegiam esses arranjos decorrem e envolvem municípios ou partes de seu território que já detêm um mínimo de condições técnicas, científicas, institucionais e culturais capazes de contribuir no processo





de transformação da força e do mercado de trabalho. Esse conjunto melhor dotado de vantagens comparativas e favorecido pela proximidade qualifica-se para a atração e sustentação de atividades e investimentos, portanto para a acumulação e reprodução do capital, passando a condicionar a organização da base produtiva.

Os municípios ou partes do território de alguns não dotados dessas condições e com pouca capacidade de articulação para conseguirem um salto de qualidade permanecem à mercê das sobras do processo, ou completamente à sua margem.

Confirmam essa situação os indicadores de maior participação na renda da atividade econômica, no mercado formal de trabalho, na alocação de atividades pertencentes a novos segmentos da economia, nas funções superiores e na gestão pública e empresarial restritos a poucos municípios. Incidentes generalizadamente entre os demais se constata os indicadores de maior carência ou baixo desenvolvimento, embora também apareçam incrustados em pontos do primeiro conjunto de municípios. Tais resultados distintos demonstram a presença não homogênea da técnica, da informação, da comunicação, do transporte, da indústria, entre outros fatores, na organização e desorganização do arranjo.

As mudanças nas relações de trabalho provocadas pela reestruturação produtiva do sistema capitalista aumentaram bastante a precarização do trabalho, incrementando as ocupações por conta-própria, de empregados domésticos, a utilização de familiares não-remunerados e dos trabalhadores sem carteira assinada, bem como o desemprego e a instabilidade no emprego.

Na Região Metropolitana da Grande São Luis, onde a incapacidade da economia, no que se refere à geração de emprego com longa duração, tem criado um extenso período de desemprego, cujas conseqüências são: extinção gradual dos postos de trabalho formais; a exclusão de trabalhadores, devido à desatualização profissional; baixos salários; e subutilização da mão-de-obra.

Em relação às pessoas ocupadas, observa-se um alto índice do trabalho precário/informal. A economia informal na Grande São Luis é caracterizada pela sazonalidade principalmente na construção civil, há uma intensificação do trabalho informal, devido ao desaquecimento dos setores formais industriais, comerciais e dos serviços. O comércio ambulante é a atividade informal que desenvolve atividades durante todo o ano, inclusive na comercialização de produtos formais e informais.

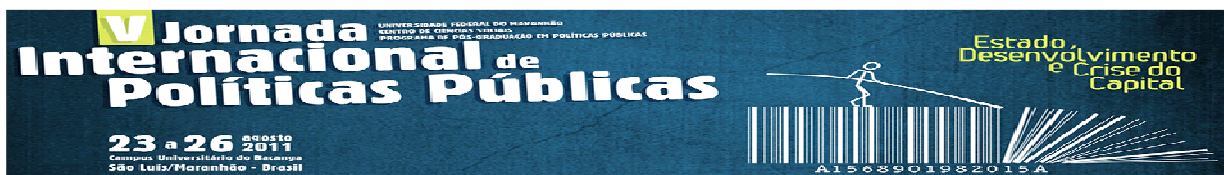


Com o fenômeno da metropolização as atividades socioeconômicas extrapolaram os limites municipais, tornando-os um só território, onde as atividades das pessoas se encontram inter-relacionadas e interdependentes. E problemas oriundos da cidade-polo que o poder público local não tem condição de resolver exigem a constituição de políticas regionais de interesse comum. Daí, a gestão metropolitana é exatamente para que as desigualdades sejam enfrentadas, e o princípio é que seja compartilhada para que todos ganhem.

No contexto da economia internacional contemporânea, o Brasil é um país subdesenvolvido integrante do capitalismo periférico. Os desequilíbrios estruturais do modelo econômico de desenvolvimento baseado na competitividade global e na tecnologia ampliaram de forma imensurável a economia informal urbana, conseqüência da desorganização da economia, das desigualdades sociais, e da desestruturação da previdência social e do mercado de trabalho, gerando um desemprego crônico, que atinge trabalhadores qualificados e não-qualificados.

Analisando a importância da desconcentração espacial industrial e as transformações do mercado mundial, conclui-se que as transformações do mercado mundial, o desenvolvimento da tecnologia (microeletrônica) e a descentralização espacial da produção, na procura de mão-de-obra e infra-estrutura produtiva que reduzisse os custos de produção industrial, geraram uma nova espacialização do trabalho. O fortalecimento dos grandes conglomerados mundiais, e a facilidade de controle das empresas através do sistema de redes, estimularam a expansão dos investimentos desses conglomerados nos países de capitalismo periférico, agravando a desestruturação do mercado de trabalho, a miséria social e promovendo o crescimento das pequenas unidades informais de produção industrial.

As políticas urbanas estratégicas das cidades, no intuito de atrair os grandes conglomerados, têm desviado os recursos necessários da infra-estrutura social para a produção e os serviços, desorganizando a economia e incrementando os problemas sociais. A dominação do capital sobre o processo de produção mantém a necessidade constante de desenvolvimento tecnológico e inserção no mercado global, o que aumenta a exigência de uma maior flexibilidade do trabalho e acarretará uma nova divisão social do trabalho na sociedade futura, sem trabalho formal.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudando-se a dinâmica da estrutura industrial brasileira e a nova organização do trabalho, chega-se à conclusão de que é necessário um conhecimento mais fundamentado e definido do processo de produção e da utilização da força de trabalho informal nas indústrias formais de confecções, para se conseguir analisar com precisão as indústrias informais de confecções, seu relacionamento com o setor formal e a dinâmica capitalista.

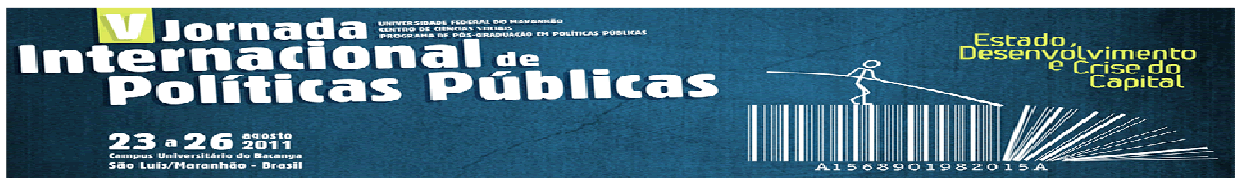
O Estado do Maranhão está inserido nesse contexto, em que as transformações sociais estão diretamente ligadas à produção. Os indicadores sociais do IBGE (2002) mostram a situação de miséria social em que vive grande parte da classe trabalhadora – infelizmente, sem perspectiva de modificação do quadro atual, devido à desestruturação do mercado de trabalho.

A Região Metropolitana da Grande São Luís é o principal centro produtor, atraindo investimentos e mão-de-obra para o Estado. É, portanto, geograficamente, o espaço ideal para se diagnosticarem as transformações econômicas e sociais e, especificamente, estudar-se o mercado de trabalho nas indústrias de confecções informais. As indústrias formais de confecções que, na década de 90, foram o sustentáculo da economia e do mercado de trabalho entraram em crise com a intensificação da competitividade global, a excessiva carga tributária e a inserção das indústrias informais de confecções no mercado formal. Por conseguinte, passaram a utilizar o trabalho informal, no sistema de subcontrato e/ou encomenda, gerando fortes distorções na economia e no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

MOURA, Rosa. **ARRANJOS URBANO-REGIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COM FOCO EM CURITIBA**. Tese em Doutorado Geografia. Universidade Federal do Paraná, 2009.

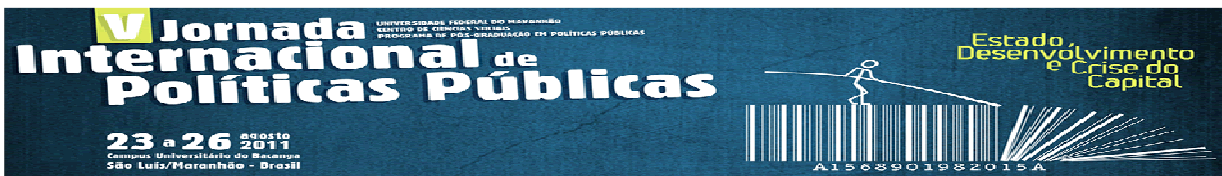
CORDEIRO, Eduardo Celestino e Diniz, Juarez Soares. **REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS: SUA(S) CONSTITUIÇÃO (ÕES) E ATUAIS DILEMAS PARA GESTÃO INTERGOVERNAMENTAL**. Ciências Humanas em Revista, v.7, n.2, São



Luis/MA, 2009 - ISSN 1678-81.

Harvey, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. Novos Cadernos NAEA, 2009.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



## O EMPREENDEDORISMO FEMININO NO ESPAÇO PRODUTIVO DO MARANHÃO:

faces e contra-faces do trabalho feminino no atual contexto da reestruturação produtiva

Luciana Lima Vale<sup>11</sup>

### RESUMO

Discute-se a participação feminina no campo de trabalho a partir das transformações no mundo do trabalho bem como a inserção feminina no campo do empreendedorismo

**Palavra Chave:** empreendedorismo trabalho feminino e informalidade

### ABSTRACT

It discusses women's participation in field work from the changes in the workplace as well as the inclusion of women in entrepreneurship campo. Keywords: entrepreneurship and female labor informality

**Keyword:** entrepreneurship and female labor informality

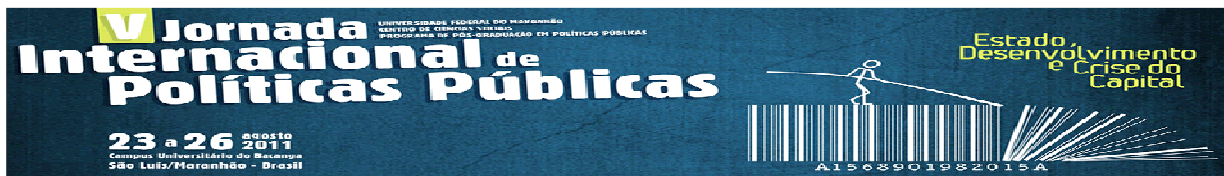
## 1. INTRODUÇÃO

Com as transformações ocorridas na sociedade contemporânea nas duas últimas décadas, as lutas e reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas, assumem novas configurações. Amplia-se a importância das mulheres nos espaços de produção e trabalho, principalmente, no empreendedorismo.

Nesse sentido, analisaremos, no espaço produtivo do Maranhão, uma nova dinâmica social em formação, que apresenta como fator chave, a feminização do trabalho (as suas diversas facetas) no mundo empresarial e de serviços, identificando os aspectos promotores do substancial aumento do empreendedorismo feminino em âmbito global sob

---

<sup>11</sup> Graduanda em Direito . Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)



a perspectiva da reestruturação produtiva, e apontando as conseqüências diretas para o desenvolvimento do Maranhão.

## 2. O EMPREENDEDORISMO FEMININO NO ESPAÇO PRODUTIVO DO MARANHÃO

A feminização do trabalho é parte de um processo histórico que decorre, inicialmente, do período Fordista/Taylorista, na década de 1930, no qual os capitalistas, diante de um contexto de declínio dos lucros, desenvolvem novos métodos de racionalização do trabalho, visando aumentar a produtividade e conseqüentemente, o lucro. No contexto atual, a partir do processo de reestruturação produtiva, tem-se um panorama de profundas transformações no mundo do trabalho.

Diminuem-se os postos de trabalho formal, ocasionando a precarização das condições de trabalho nas fábricas, e o aumento do desemprego. Proliferam-se “velhas modalidades” de trabalho precário, que assumem formas distintas, como “empreendedorismo”, “cooperativismo” e “trabalho voluntário”.

Nesse contexto, o Maranhão, que em relação aos outros estados do Brasil, apresenta os piores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, (em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNDU, de 2005, o Maranhão aparece em penúltimo lugar, com índices de 0,683, bem abaixo, considerando a média dos primeiros colocados, 0,800), possui na feminização do trabalho, uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento local.

No entanto, este crescimento, proporcionado pelo empreendedorismo feminino, está atrelado a um contexto de precarizaçãodo trabalho, cujo desenvolvimento econômico proporcionado pelas atividades empreendedoras, oculta as instabilidades e a constante insegurança, que o pequeno e médio empresário suportam para obtenção do “sucesso” no negócio empresarial.

A grande inserção de mulheres, no mundo empreendedor, está associada, em parte à marginalização do trabalho feminino dentro do processo produtivo formal. A necessidade de ampliação de sua renda, as características próprias do trabalho feminino, a busca por emancipação feminina total e a tentativa de inversão da precarização do trabalho feminino podem refletir a elevada inserção das mulheres no mundo dos negócios.

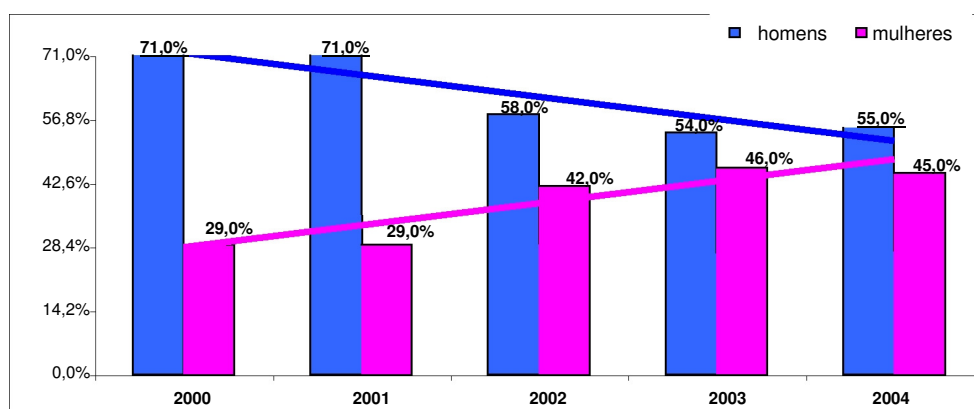
Concordando com esta idéia, Gonçalves (2003, p. 130) aponta que:

Em estudo realizado pela União Brasileira de Mulheres e Corrente Sindical Classista revela que a precarização das condições de trabalho afeta bastante as mulheres na medida em que é criado um fosso entre um pequeno número de trabalhadores qualificados e um grande número de não qualificados. As categorias de trabalho não qualificadas se feminizam cada vez mais. Clivagem que fica mais nítida quando se trata de trabalho informal. Segundo Martins e Dombrowski, no município de São Paulo as mulheres representam 52% da população ocupada no setor informal.

As mulheres criam e lideram cada vez mais empreendimentos em diversos setores produtivos. Segundo o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), em 2007, 52% das mulheres são empreendedoras no Brasil, um crescimento tangencial, comparado com os 29%, em 2000.

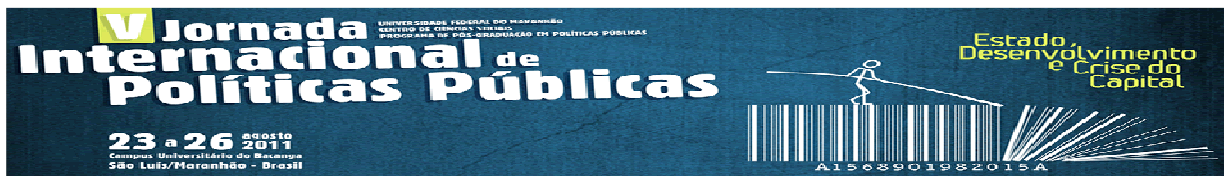
Coadunando com os dados acima, tem-se o gráfico abaixo da pesquisa GEM Brasil (2003-2004), que mostra o crescimento tangencial da participação feminina no empreendedorismo:

**Gráfico 2 – Participação no empreendedorismo brasileiro por gênero**



Fonte: GEM Brasil 2003-2004.

A razão principal da iniciativa feminina é a necessidade, pois visualizam no empreendedorismo uma opção para incrementar sua renda. Segundo pesquisa realizada, em 2007, pelo GEM (Monitoramento Global do Empreendedorismo), no Brasil, apenas



37% das empreendedoras investiram para aproveitar uma oportunidade de mercado, em oposição, 63% objetivavam o sustento.

Complementar aos dados acima, destacamos nos últimos anos, a forte ascensão da participação feminina na população economicamente ativa. De acordo com Gonçalves (2003, p. 129, apud Moraes, 1990, p.21):

No Brasil a participação feminina no setor primário diminuiu de 46,8%, em 1940, para 19,3%, em 1983. No setor secundário cresceu ligeiramente, no mesmo período, de 10,6% para 13,6%. O crescimento foi maior no setor terciário, onde a participação feminina saltou de 24,6% para 67,1%.

A autora Baroni (2008) ratifica os dados acima, ao afirmar que a presença feminina no empreendedorismo está tradicionalmente relacionada ao setor terciário e de serviços, somado às suas funções reprodutivas (domésticas), como os segmentos de alimentação, estética, beleza e moda.

Por conta da concentração do trabalho feminino em algumas categorias ocupacionais específicas, os autores Bruschini & Rosemberg (1982) conceituam este processo como a “sexualização das ocupações” (Gonçalves, 2003, p. 129)

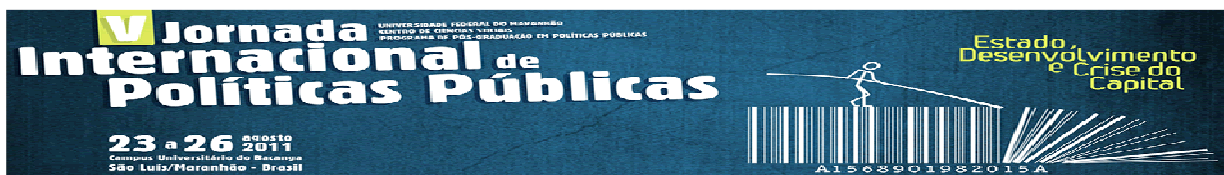
Nesse sentido tem-se uma confirmação da concentração ocupacional feminina no trabalho doméstico, “[...] Em 1995, quase 5 milhões de brasileiras tinham como ocupação principal o serviço doméstico remunerado.” (Gonçalves, 2003, apud Melo, 1998, p. 57)

Passos (2008) aponta que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, seja como empreendedora ou profissional, justifica-se pelas mudanças no núcleo familiar, ou seja, por fatores como: mudanças na estrutura familiar com redução do número de filhos e novo contexto social brasileiro com a valorização de mulheres dos diversos estratos social.

Por outro lado, estão associados também ao espaço reprodutivo, alguns fatores restritivos ao crescimento desta participação, como: a responsabilidade maior perante a família, a execução de tarefas domésticas, e a maternidade exigindo maior atenção aos filhos.

No estado do Maranhão, a participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente no âmbito do empreendedorismo, tem configurado uma possibilidade de crescimento, demonstrando que existem outros espaços com grande potencial econômico.





### 3. CONCLUSÃO

No âmbito nacional, as mulheres criam e lideram cada vez mais empreendimentos em diversos setores produtivos. Segundo o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), em 2007, 52% das mulheres, são empreendedoras no Brasil, um crescimento tangencial, comparado com os 29%, em 2000.

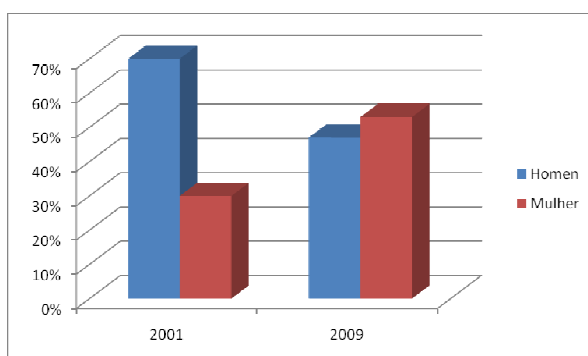
No que tange ao empreendedorismo, o Maranhão apresentou índices de crescimento em relação à criação de pequenas e médias empresas. Dados da Junta Comercial do Maranhão- JUCEMA (2010) apontam que em 2009, no período de janeiro a dezembro, foram criadas 10, 698 empresas. O ano de 2010 já ultrapassou este número, de forma que no período de janeiro a agosto foram criadas 11, 445 empresas. Estes números mostram o aumento consubstancial das atividades empresarias no Maranhão e as possíveis inferências no desenvolvimento econômico deste estado.

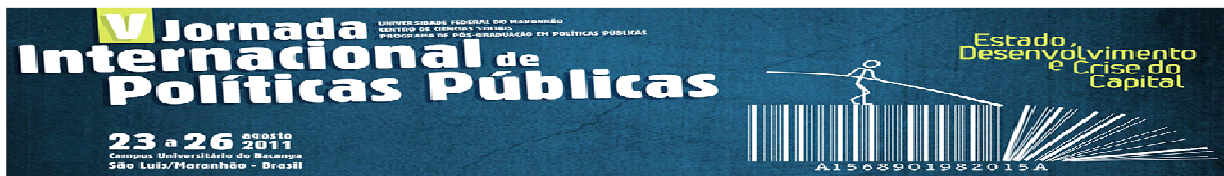
Não existem estatísticas relativas ao empreendedorismo feminino no Maranhão, entretanto compreendemos que o contexto de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho no cenário nacional não é diferenciado do contexto maranhense.

Nesta perspectiva, dados da pesquisa GEM (2006) mostram que o Brasil é o sexto colocado quanto ao empreendedorismo feminino, e o 13º no empreendedorismo masculino, demonstrando que as mulheres detêm posição de destaque neste cenário.

Complementar a esta pesquisa, dados mais recentes do GEM (2009) mostram que 53% dos empreendedores são mulheres, e 47% homens, ultrapassando as estatísticas de 2001, em que apenas 29% eram empreendedoras.

**Figura 1-- DADOS DO GEM - BRASIL (2009)**





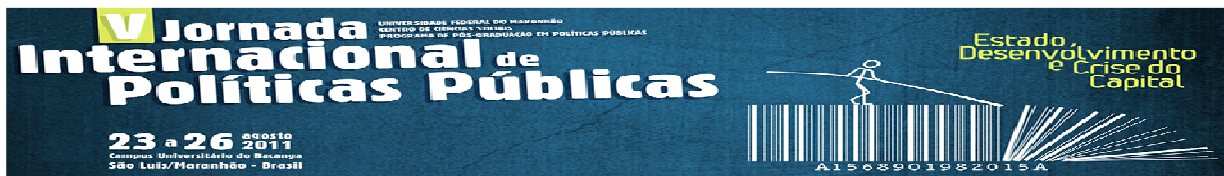
Uma pesquisa realizada pelo SEBRAE- SP (2005) apontam que as empreendedoras ocupam em 37% o mercado do comércio varejista (vestuário e complementos), 27% encontram-se na indústria de transformação (confecção, fabricação de produtos alimentícios, e 14% desenvolvem atividades nas áreas de alojamento e alimentação.

Outras pesquisas realizadas sobre o empreendedorismo feminino mostram os seguintes dados:

Em estudo realizado com o propósito de investigar o processo de criação de empresas por mulheres, em diferentes localidades, Brasil, Canadá e França, tendo selecionado 30 mulheres que iniciaram suas empresas em cada país, totalizando 90 empreendedoras, apresentaram, dentre os resultados, aspectos predominantes relacionados à idade: a maior incidência (37,78% dos casos) está na faixa entre **41 e 50 anos**, seguida de 31 a 40 anos (27,78%). O nível de escolaridade e área de formação tem como resultado predominante a **graduação completa (37,78% dos casos)**. Em seguida, estão as com nível secundário (29,9%) e as com pós-graduação (25,5%). A formação se fez em áreas gerenciais ou afins, como Administração, Direito, Contabilidade, Comércio, Economia, Informática, Marketing e Turismo (31,11% dos casos). Quanto ao estado civil, a predominância é de **casadas (52,22%)** ou viúvas (8,89%). A grande maioria tem filhos, com faixa etária igual ou maior do que dez anos de idade. (GOUVÊA, p.11, 2008 apud MACHADO, 2003)

Por fim, entendemos que o possível crescimento do empreendedorismo feminino no Maranhão não se dissocia do processo de precarização do trabalho e por mais que represente uma forma de desenvolvimento econômico e empresarial para este estado, possuem em seu bojo os reveses e instabilidades oriundas da lógica capitalista de exploração do trabalho

Estas explorações são disfarçadas, e surgem como uma tendência de flexibilização do trabalho, em um contexto de crescimento do número de trabalhadores desempregados resultante da diminuição dos postos de trabalhos formais que tornam o empreendedorismo uma alternativa atraente.



#### 4. Bibliografia

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: estruturação produtiva e crise do sindicalismo. Editora FAPESP, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

BARONI, Larissa Leiros. Cresce o número de mulheres empreendedoras. Universal Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.universia.com.br/materi.jsp?id=15747>. Acesso em: 12 out. 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DRUCK, Maria das Graças. Terceirização: (dê)sfordizando a fábrica. Coleção Mundo do Trabalho, 1999, São Paulo.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietáriosgerentes de pequenos negócios. HEC, The University of Montreal Business School. 1991.

HAMEL, Gary. O Futuro da Administração. São Paulo: Elsevier, 2007. NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Ano 9 (2) – 10 (1), p. 247-284, 2003.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006.

PASSOS, Carlos Artur Krüger et al. Empreendedorismo no Brasil: 2007. Curitiba: IBQP, 2008.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios./ Maria Isabel Baltar da Rocha (org) –Campinas. São Paulo, Editora 34, 2000.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista. Edição Uesb, 2008.

TOITIO, Rafael Dias. O Trabalho feminino frente ao domínio do capital: alguns apontamentos. Acesso em 22/12/2009